AÇÕES AFIRMATIVAS

NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Uma das principais missões da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP) é fornecer aconselhamento em assuntos científicos com qualidade e de forma independente para o governo e a sociedade. A entidade deve, também, empenhar-se para garantir que todo cidadão seja cientifica e tecnologicamente bem informado para ser capaz de tomar decisões a respeito dos interesses da sociedade.

Entre elas, uma das mais relevantes é a questão da igualdade de oportunidades para o acesso às Universidades Públicas, que estão entre as melhores do País e do mundo. O tema representa um grande desafio, especialmente considerando as diferenças socioeconômicas vigentes. Deve-se considerar também o fato de que, na era da sociedade do conhecimento, as batalhas são mais complexas e a passagem por um curso superior de qualidade é um diferencial e, muitas vezes, o passaporte para as pessoas exercerem plenamente e de maneira produtiva suas atividades.

A formação educacional do cidadão até a entrada na Universidade depende de diversas influências, como o ambiente familiar, a sociedade e do Ensino Básico e Fundamental, que em nosso meio não vai bem. A educação formal no País requer uma reestruturação competente, que exigirá tempo e investimentos vultosos. Estes só serão alcançados no âmbito de uma política de Estado que favoreça à inovação e à valorização do conhecimento.

Estamos falando de um modelo semelhante àquele que permitiu às três Universidades Públicas do Estado de São Paulo criar um ambiente de excelência para a formação de recursos humanos especializados, para a geração de conhecimentos e extensão de serviços à sociedade, num círculo virtuoso que perpassa toda a sociedade.

Por este motivo, além da reestruturação do sistema do Ensino Básico e Fundamental, devemos zelar pela busca contínua da excelência em nossas Universidades Públicas, para que elas continuem a desempenhar sua missão de maneira competente.

É preciso admitir que o tema da igualdade de oportunidades para o acesso às Universidades Públicas é inesgotável e envolve diversos fatores e paixões. Preocupa-nos sobremaneira a possibilidade de a decisão da sociedade sobre este assunto de tamanha importância ser balizada somente em interesses setoriais ou visões pouco fundamentadas nas experiências já existentes no Brasil e no mundo.

Por este motivo, a ACIESP solicitou a quatro especialistas na área de educação, os professores José Goldemberg, Eunice Durham, Maria Helena de Castro Guimarães e Simon Schwartzman, que preparassem este estudo sobre "Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras".

O documento preparado, sob a coordenação do Prof. Goldemberg, mostra que:

Com base na experiência nacional e internacional, a introdução de cotas sociais ou raciais nas Universidades não é o melhor instrumento para facilitar o acesso às universidades, conforme se pretende.

Além disto, ela não garante que os alunos cotistas tenham o desempenho esperado, o que acaba por encorajar a evasão. Isto ocorre particularmente nos cursos mais competitivos (medicina, engenharia e direito), podendo, inclusive, levar a uma redução da qualidade dos cursos.

Em paralelo à necessária e urgente reestruturação do Ensino Básico e Fundamental, o documento sugere medidas para remediar o problema a curto prazo, como a criação de cursos preparatórios gratuitos e de excelência, voltados para alunos economicamente carentes, e que sejam acompanhados de um sistema de concessão de bolsas de estudo.

Finalmente, o documento alerta para o fato de que a discriminação social ou racial no Brasil, que é um dado incontestável, deva ser eliminada, sim, mas não apenas com foco no acesso às universidades públicas.

Quanto a este tema complexo, as decisões a serem implementadas não devem prejudicar o desempenho das universidades públicas, cuja excelência é indispensável para o desenvolvimento do país.

Jose Eduardo Krieger

Presidente

Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP)

CV Lattes http://lattes.cnpq.br/3600215645187879

Ações afirmativas nas Universidades brasileiras

Ações afirmativas em geral são políticas públicas que levam em consideração fatores como "raça, cor, religião, sexo, orientação sexual ou nacionalidade" em consideração a fim de beneficiar grupos subrepresentados "nas áreas de emprego, educação e negócios"[(1)].

Tais políticas foram introduzidas inicialmente nos Estados Unidos pelo Presidente Kennedy em 1961 com o objetivo de promover ações que levassem a uma redução da discriminação, principalmente no emprego. O racional para tais ações era o de compensar por discriminação no passado, perseguição ou exploração pelas elites dominadoras ou eliminar discriminação ainda existente. Elas podem ser vistas como uma extensão natural da eliminação da escravidão que – sobretudo nos estados do Sul dos Estados Unidos – não foi acompanhada de outras medidas que evitassem a segregação racial e o direito a voto que só foram transformadas em lei pelo "Civil Rights Act" em 1964 impulsionadas pela liderança de Martin Luther King.

Nas décadas seguintes outros países adotaram procedimentos do mesmo tipo com características próprias.

O uso de **cotas** como instrumento de implementação de políticas anti-discriminatórias é mais recente. Por exemplo, nos países nórdicos (Noruega, Suécia, Finlândia e alguns outros) quotas foram criadas para mulheres tanto nos Parlamentos como nos conselhos das empresas[(2)].

Particularmente interessante é o caso da África do Sul em que na época do "apartheid", havia clara discriminação contra a majoritária população negra.

Ações afirmativas para corrigir esta situação foram adotadas em 1998, 4 anos após o fim do "apartheid" através do "Employement Equality Act" nº 55. Inicialmente bem recebida, esta Lei revelou aspectos negativos como o de criar, através de cotas, uma classe média e até uma elite negra deixando para trás o resto da população que resultou na emigração de parte da população e na discriminação de outros grupos raciais como indianos e asiáticos[(2)].

Cotas raciais ou sociais no acesso às Universidades são mais recentes e se tornaram particularmente controvertidas em vários países. As universidades

americanas são autônomas, e os governos não têm autoridade para impor políticas públicas como ações afirmativas, embora possam coibir práticas consideradas discriminatórias ou criar estímulos que favoreçam a ampliação do acesso. Em 2003, contudo a Corte Suprema dos Estados Unidos permitiu que instituições de ensino superior considerassem raça como um fator para admissão de estudantes, mas proibiu que isto fosse feito em base às notas obtidas em exames. Alguns Estados, como a Califórnia, Michigan e Washington adotaram emendas às suas Constituições que proibiam a adoção de ações afirmativas. A própria Corte Suprema está reanalisando sua decisão anterior ao julgar recursos de candidatos de cor branca que se consideram discriminados pelos critérios de admissão das universidades(2).

A experiência da França em introduzir cotas nas suas escolas de elite talvez seja a mais esclarecedora nesta questão, pois se aproxima mais da situação vigente no Brasil(3).

O sistema universitário na França é formado por um grande número de universidades públicas às quais todos os alunos que concluem o curso secundário ("Lycée") tem acesso automático. Existem poucas escolas de ensino superior privada. O que existe, contudo, são algumas escolas de elite como a Escola Politécnica, a Escola Normal Superior e a Escola Nacional de Administração da qual usualmente saem os futuros líderes políticos, diretores das empresas e ocupantes dos altos postos da administração pública. Elas foram criadas há mais de um século. O acesso a elas é feito por rigorosos exames de seleção e são consideradas como um dos grandes avanços da Revolução Francesa que permitiu criar uma elite de técnicos e administradores escolhidos exclusivamente pelo mérito em contraste com o sistema vigente antes de 1789 em que conexões políticas e sociais dentro da aristocracia eram os critérios para o acesso a altas posições na sociedade e nas forças armadas. Napoleão em particular criou a Escola Politécnica como uma escola militar para formar engenheiros capazes de suprir o exército francês dos técnicos necessários.

Cursar umas dessas escolas é quase sempre uma garantia de uma carreira de sucesso. Na prática os estudantes destas escolas de elite se originam majoritariamente da classe média alta e excluem os menos afortunados que vivem nos bairros mais pobres. Para corrigir esta discriminação o Presidente Sarkozy propôs em 2008 que fossem reservadas nestas escolas cotas de 30% a estudantes que vivem nestes bairros(3).

As propostas do Presidente da França não foram bem recebidas com o argumento de que violam o principio de "igualdade", um dos pilares básicos da revolução francesa em que "liberdade, igualdade e fraternidade" foram as bandeiras de luta dos que derrubaram a Monarquia. A Constituição francesa de 1988 proíbe qualquer distinção baseada em raça, religião ou sexo. Este dispositivo constitucional é considerado tão importante na França que tornou impossível identificar as minorias no censo demográfico ou coletar dados sobre raça.

A solução alternativa proposta para a França é a de ampliar os cursos preparatórios para acesso às escolas de elite reservando vagas nestes cursos aos estudantes dos bairros mais pobres. Estas são cotas sociais não raciais, apesar de ser óbvio que entre os mais pobres estão os filhos dos imigrantes (legais ou ilegais) da África, Oriente Médio e Ásia, isto é, negros e amarelos.

O sistema universitário público do Brasil se assemelha mais ao sistema da França do que o dos Estados Unidos, mas ainda assim difere muito porque as "escolas de elite" estão dentro das universidades e não fora delas como na França. As universidades públicas no Brasil são gratuitas e de modo geral melhores e mais bem equipadas do que as privadas. Há, portanto um número muito maior de candidatos do que vagas (cerca de 10 para 1 em geral). Nas escolas que oferecem maiores condições para acessar o mercado de trabalho ou funções de direção (públicas e privadas) como as Medicina e Engenharia o número de candidatos por vaga é muito maior. A solução adotada até agora para selecionar os alunos é exclusivamente o do mérito avaliado através de exames vestibulares. Na rede paulista aos candidatos que cursaram escolas públicas é dado um "bônus" que melhora um pouco sua classificação.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu reservas de vagas para deficientes físicos, o que passou a ser adotado em concursos públicos, com a ressalva de que o emprego ou cargo não exija plena aptidão física, o que marcou o inicío da reserva de vagas para grupos específicos no Brasil. Com o tempo, outros grupos sociais passaram a pleitear a cotização de vagas para "garantir" uma participação mínima em setores da sociedade como as universidades públicas.

Nas universidades, a adoção de reserva de vagas começou em 2000, com a aprovação da lei estadual 3.524/00, de 28 de dezembro de 2000 no Rio de Janeiro. Esta lei garantiu a reserva de 50% das vagas, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, para estudantes das redes municipal e estadual e para pretos e pardos. Outras

leis foram introduzidas em outros Estados e finalmente extendidas a todas as universidades federais através do Estatuto da Igualdade Racial como é conhecida a Lei 12.288 de 2010.

A introdução de cotas sociais ou raciais afeta os diversos cursos de forma muito diferente e não há dúvida que cria o risco de permitir o acesso de alunos não suficientemente preparados para acompanhar os cursos em detrimento de outros que foram excluídos por causa das cotas. Existem várias análises sobre o aproveitamento dos "cotistas" nas universidades onde as cotas já foram implantadas. Ainda é cedo para se ter clareza sobre esta questão, mas pesquisas de Waltenberg e Carvalho[4] mostram que:

> "A nota média dos concluintes das estaduais e federais que ingressaram por meio de ações afirmativas no teste de conhecimentos gerais é aproximadamente 4 pontos menor que a de concluintes que ingressaram pelo método tradicional (a nota da prova varia de 0 a 100 pontos). Entre as instituições privadas a diferença, de 0,28 a favor dos beneficiários das ações afirmativas, não é significativa".

Distribuição das notas dos concluintes segundo o tipo de ingresso, Brasil, 2008

Este tipo de análise não distingue os alunos das diversas unidades das universidades; seria desejável analisar as diferenças entre "cotistas" e "não cotistas" nas faculdades de maior demanda e das demais uma vez que existem enormes diferenças dos alunos destas categorias.

Só para dar um exemplo na Escola Politécnica da USP em 2013 o número de inscritos foi de 12.680 para 820 vagas (15,5 por vaga) e a nota de corte na 1ª fase do exame (que é comum a todos os alunos) 51 (entre 90 questões). Em Letras foram 3.299 inscritos para 849 vagas (3,9 por vaga) e a nota de corte, 34. É evidente que se exige um melhor desempenho/preparação dos alunos para ingressar na Escola

Politécnica do que em Letras. A inclusão de "cotistas" (principalmente os menos preparados) teria impacto menor em Letras do que sua inclusão na Escola Politécnica.

Olhando o problema de forma mais geral é preciso lembrar que apenas 26% dos estudantes de curso superior do país estão em instituições públicas e o restante em estabelecimentos de ensino superior privado as quais a legislação federal não se aplica.

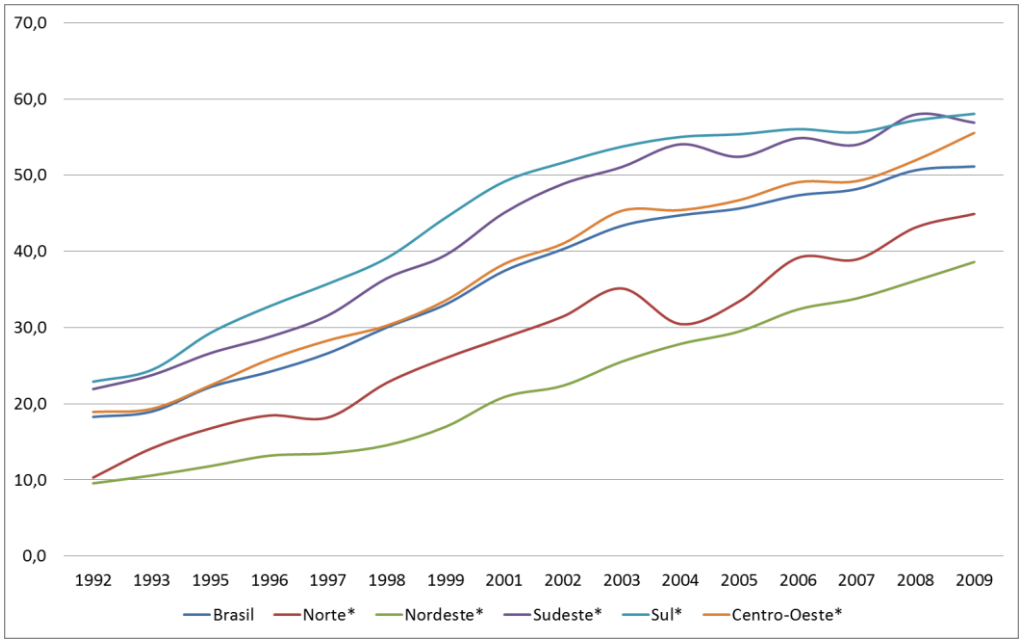
Para estas o Governo Federal criou instrumentos para facilitar o acesso de alunos mais pobres: o PROUNI e o FIES.

De acordo com Schwartzman[5]

> "a principal limitação ao acesso ao ensino superior hoje não é a falta de vagas, nem a falta de dinheiro, e muito menos algum tipo de discriminação social que possa haver nos sistemas de seleção. O grande funil é o ensino médio, que ainda não forma pessoas em quantidade suficiente para alimentar a expansão que o ensino superior vem tendo. Depois de um período de grande expansão na década de 1990, o crescimento deste setor parece estar se estabilizando a um nível muito inferior ao desejável, como pode ser visto no Gráfico 1".

Gráfico 1

Taxas líquidas de matrícula no ensino médio



*: índice calculado com a média das taxas de matrícula estaduais.

Nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste, a taxa líquida de matrícula no ensino médio (ou seja, o total da população na idade apropriada matriculada neste nível) vem crescendo em ritmo mais lento nos últimos anos e quase chega a 60%, quando deveríamos estar evoluindo para a universalização deste nível de ensino. No estado de São Paulo e de Santa Catarina, a taxa liquida está próxima de 70%.

A consequência é que o número de pessoas que se forma anualmente no ensino médio é menor que o número de vagas oferecidas pelo ensino superior (Tabela I). As próximas duas tabelas mostram também que o setor público oferece somente cerca de 15% das vagas abertas, que são disputadas em média por 10,7 pessoas (lembrando que muitas pessoas se candidatam a vários cursos ao mesmo tempo).

Tabela I

Concluintes, candidatos e vagas para o ensino superior: Brasil

	Concluintes do ensino médio	Vagas no ensino superior	Candidatos	Ingressantes	Candidatos por ingressantes
Setor privado	276.369	3.921.942	4.705.865	1.856.015	2,5
Setor público*	1.549.611	531.489	5.257.898	490.680	10,7
Total	1.825.980	4.453.431	9.963.763	2.346.695	4,2

Fonte: Ministério da Educação, Censo Escolar 2011 e Censo do Ensino Superior, 2011.

Tabela II

Proporção de vagas abertas no ensino superior em 2011 por setor e região

	Setor público	Setor privado
Norte	25%	75%
Nordeste	27%	73%
Sudeste	9%	91%
Sul	19%	81%
Centro-Oeste	16%	84%
Brasil	15%	85%

Fonte: Ministério da Educação, Censo do Ensino Superior, 2011.

Ainda segundo Schwartzman[5] há ainda outra distorção:

> "No debate sobre ação afirmativa, o tema mais saliente é o das políticas que fazem uso de critérios raciais, em contraposição a outros critérios, como o da necessidade socioeconômica e do tipo de educação básica que o candidato teve (pública ou privada)".

Embora exista uma forte correlação entre ser preto ou pardo, segundo os critérios do IBGE e as condições socioeconômicas e educacionais das pessoas, não são estas diferenças de cor que explicam a desigualdade social no país. No trabalho sobre *Desigualdade de renda no Brasil,* preparado por uma equipe do IPEA e outros especialistas, está dito o seguinte sobre o tema da discriminação no mercado de trabalho.

Segundo o IPEA[6]

> "Quando pretos e brancos igualmente produtivos têm a mesma ocupação, no mesmo segmento do mercado de trabalho, e os brancos recebem remuneração maior, dizemos que existe discriminação salarial contra os pretos. Além da cor, trabalhadores podem ser discriminados por várias características, tais como idade, sexo, religião etc. A despeito desta representar talvez a manifestação mais injusta da desigualdade, sua importância quantitativa é limitada, uma vez que responde por apenas 5% da desigualdade entre trabalhadores e por uma fração desprezível da desigualdade entre famílias".

> "As principais razões das diferenças de renda são, primeiro, a produtividade do trabalho; depois, a educação; e, terceiro, a segmentação do mercado de trabalho, sobretudo geográfica - pessoas com as mesmas qualificações e atividades ganham salários distintos conforme a região em que vivem, por exemplo. Em outras partes do estudo, os autores assinalam que as diferenças existentes entre os grupos de cor no Brasil se dão, sobretudo através das diferenças educacionais, que, por sua vez, influenciam a produtividade do trabalho".

"Esta análise ajuda a colocar em perspectiva a discussão bastante estéril que vem ocorrendo a respeito das propostas de política racial no Brasil. Se a análise é correta (e me parece que é), ela mostra que, se as políticas raciais fossem implantadas, e eliminassem a desigualdade associada a este fator, elas poderiam resultar em uma redução de não mais de 5% da desigualdade no país (mesmo considerando que existem outras discriminações que não as raciais). Grandes reduções só podem ser obtidas com a melhoria da produtividade do trabalho, a melhoria da educação, o redirecionamento dos gastos sociais, e a integração dos mercados de trabalho no país, processos que, bem ou mal, vêm ocorrendo, mas precisam ser intensificados. É importante notar também que o conceito de "discriminação" utilizado pelos autores do estudo é residual, ou seja: eles chamam de discriminação as diferenças de renda que não podem ser explicadas por diferenças de produtividade, educação e localização geográfica, principalmente. Mas podem existir outras explicações para estas diferenças que não sejam discriminação, que precisariam ser melhor conhecidas".

De acordo com Durham[7].

"As cotas partem da constatação de que os "negros" não estão conseguindo competir com os brancos no vestibular. De fato, isto é verdade na medida em que esta população enfrenta obstáculos sociais muito sérios na sua trajetória escolar, que dificultam o acesso ao ensino superior. Alguma coisa precisa ser feita para diminuir esta desigualdade. Mas a solução das quotas não se encaminha no sentido de propor uma ação afirmativa que permita aos brasileiros com ascendência africana superar deficiências do seu processo de escolarização e o estigma da discriminação, mas a de reivindicar que, para os "negros", os critérios de admissão precisam ser menos rigorosos. Segregam-se os mecanismos de entrada: um mais rigoroso, para brancos e orientais e outros menos rigoroso para "negros". Por menos que se queira, as implicações negativas são inevitáveis: a universidade ficará dividida entre os alunos da quota, menos bem preparados, e os demais, que ingressam com uma formação melhor".

> "As deficiências da formação anterior precisam ser compensadas, o que explica a criação desta instituição brasileira que é o cursinho. Os educadores, de forma geral, criticam os cursinhos que veem como um mero treinamento para fazer as provas do vestibular. De fato, os cursinhos não substituem a formação que se pode obter em boas escolas, ao longo dos onze anos do ensino básico. Mas ele certamente compensa parte das deficiências, tanto de informação como de competência na área da matemática, da compreensão de textos e da redação. Além disto, no ano que antecede o vestibular, os alunos do cursinho se dedicam ao estudo de uma forma que nunca haviam feito antes. Passar com nota alta é, pela primeira vez, um fator de prestígio e de valorização pessoal. Esta é uma das razões, inclusive, que torna o vestibular uma instituição importante exatamente na medida em que ele valoriza o estudo e não a raça, o poder aquisitivo ou o prestígio social. Entretanto, sendo particulares e caros, o recurso aos cursinhos está fora do alcance da população mais pobre, onde se concentram os descendentes de africanos".

É verdade que a partir de 2009, as mudanças introduzidas no ENEM tiveram grande impacto nos processos de seleção ao ensino superior. Na pratica, o ENEM transformou-se num vestibular nacional centralizado o que levou ao surgimento de cursos preparatórios do ENEM. Com a exceção da USP e da UNICAMP, a maioria das IES públicas passou a adotar o ENEM como principal critério de seleção de alunos. Nesse processo, sobreviveram os cursinhos especializados na preparação de estudantes a cursos muito disputados, como os de medicina, ITA, etc. De toda forma, os cursinhos preparatórios ao ENEM se multiplicaram e muitas escolas públicas e privadas passaram a treinar os alunos do ensino médio para o ENEM. Pode-se afirmar que a matriz de avaliação do ENEM transformou-se no currículo do ensino médio, antes muito influenciado pelos vestibulares das universidades públicas.

> "Por outro lado, a superação das deficiências de formação escolar anterior que, mal ou bem é feita nos cursinhos, dificilmente pode ser feita depois de o aluno ter ingressado na universidade, pois, como vimos, não é o papel dela, nem tem ela o pessoal capacitado para esse trabalho de recuperação nos diferentes cursos, estruturados como estão

> em função de carreiras específicas. Mas o que se pode fazer na universidade é reunir especialistas capacitados na área de educação de jovens e adultos para, junto com os especialistas das diferentes disciplinas que integram o vestibular, criar um curso pré-universitário, gratuito, inovador, estimulante, criativo e eficaz, que permita aos jovens sem recursos suprir as suas deficiências e competir em melhores condições pelas vagas oferecidas no vestibular. Para esta população, que em geral não adquiriu hábitos de estudo autônomo e disciplinado, o ensino à distância não é uma solução adequada, mas bons programas inspirados nas novas tecnologias de informação e comunicação, apresentados e discutidos em aulas presenciais, podem facilitar enormemente a aprendizagem. O talento criativo da universidade poderia ser empregado para a produção desses programas os quais, aliás, poderiam também ser oferecidos à rede pública e utilizados no ensino presencial regular como um poderoso instrumento de aprendizagem e de melhoria de formação dos alunos".

Com o programa de cotas em implementação nas universidades públicas está se tornando claro um conflito de visões sobre o que o Governo deseja ou espera das universidades.

Por um lado o Governo cria programas de incentivo à inovação tecnológica, promove estágios no Exterior através do programa Ciências sem Fronteiras e outros que se destinam a melhorar o desempenho das universidades, essencial para melhorar a competitividade econômica do país. São programas como estes de muito maior abrangência que foram à base da modernização e o rápido progresso do Japão no século 19 e a China no século 20. Atualmente o que a China, a Rússia e outros países estão fazendo é identificar as melhores universidades e investindo pesadamente nelas, exigindo critérios altos de desempenho, deixando as demais para atender à demanda por acesso do resto da população.

Por outro lado cria cotas sociais e raciais que a curto e médio prazo tendem a baixar o nível destas universidades que já deixam a desejar em muitas áreas.

Introduzir cotas nas universidades públicas brasileiras como instrumento para compensar corrigir discriminação racial ou social é muito mais fácil e menos oneroso do que corrigir o problema fundamental que é tornar o ensino médio melhor dando

mais oportunidade para os estudantes de menor renda. O grande problema, de fato, é melhorar a qualidade e a equidade do ensino fundamental e médio para que todos tenham as mesmas oportunidades no acesso ao ensino superior.

Além disso, de acordo com Durham[8] no atual

> "sistema educacional é o sistema de ingresso na universidade através de vestibulares é o único que neutraliza a ação do preconceito. Os exames são aplicados e os resultados são avaliados sem que se conheça a cor do candidato e a própria natureza do exame afasta a possibilidade de manifestação preconceituosa por parte dos examinadores. Além disso, o ambiente universitário é o mais tolerante para com diferenças de origem étnica".

Quanto à criação de Colleges, uma das ideias mais interessantes na proposta paulista, é preciso refletir sobre as dificuldades na sua implantação. Significaria uma transformação muito grande de toda a estrutura dos nossos cursos, correspondendo a um curso básico, que jamais teve sucesso. A universidade é demasiado conservadora para promover uma mudança tão profunda. Para ter sucesso, deveria ser um curso diversificado por áreas de conhecimento e que permitisse o ingresso no 2° ou 3°ano do bacharelado. Isto significaria ter dois sistemas de graduação e não um, os quais dificilmente poderão ser integrados. O curso pré-vestibular de um ano, por outro lado, também internamente diversificado por áreas de conhecimento, revisão dos conteúdos mais relevantes do ensino médio poderia, ser bem sucedido e transformar-se eventualmente em um ano de curso básico.

Finalmente, o problema de um College, é do corpo docente. Em geral qualquer curso integrado na universidade, os professores não aceitam em dedicar o melhor de seus esforços para ministrar cursos introdutórios, pois querem uma carreira e uma carga didática igual aos demais cursos. Um bom exemplo é o caso da USP Leste, onde inicialmente as matérias básicas para as áreas da saúde eram comuns a todas as opções. Depois de muita luta, os professores de Ciências Biomédicas criaram um curso de bacharelado para formar seus próprios alunos em nível mais avançado e encaminhá-los para sua própria pós-graduação (queixas semelhantes são feitas pelos

professores dos Colleges americanos especialmente no que diz respeito à necessidade de oferecer "remedial courses" ou disciplinas.)

A proposta do pré-vestibular tem a grande vantagem de formar o corpo docente com alunos os quais trabalhariam com a formação de estudantes do nível básico por um ou dois anos, o que seria de grande importância para o processo de formação de professores para o ensino médio.

O objetivo das propostas não deve ser promover uma composição socioeconômica do corpo discente igual ao da sociedade. A democratização se dá em termos de **ensino superior***,* com um sistema diversificado para progressão nos estudos.

Um amplo plano de reformas deve necessariamente envolver a ampliação dos cursos tecnológicos. Isto, aliás, já está sendo feito pelo governo Alckmin. No entanto, os institutos tecnológicos estão empenhados em instituir exames de ingresso altamente seletivos, como ocorre, aliás, com as escolas técnicas de 2° grau.

A possibilidade de transferência dos cursos tecnológicos para as universidades poderia ser contemplada, como transferência de créditos. Mesmo assim, não será fácil, a julgar pelos obstáculos que a universidade coloca para a transferência de créditos (e diplomas) obtidos em excelentes universidades de outros países.

Conclusões

O que a experiência nacional e internacional da introdução de cotas sociais ou raciais nas Universidades descrita acima nos diz é que:

- Cotas não são o melhor instrumento para facilitar o acesso às universidades.
- Não garantem que os alunos cotistas tenham o desempenho esperado, encorajando a evasão.
- Em particular, nos cursos mais competitivos (medicina, engenharia e direito) podem levar a uma redução da qualidade dos cursos.

Introduzem um novo tipo de discriminação como exemplo dos quais são a discriminação contra o branco pobre (em relação ao negro pobre) e contra o pobre (branco ou negro) cuja família economizou para mandar o filho à escola privada para prepará-lo melhor para os vestibulares. O critério ideal para a implantação de ações afirmativas deveria basear-se na renda per capita.

A discriminação social ou racial no Brasil é real, mas não apenas no acesso às universidades públicas, e deve ser eliminada. O problema é decidir como fazê-lo sem prejudicar o desempenho das universidades públicas cuja excelência é indispensável para o desenvolvimento do país.

A melhor solução a nosso ver é através de cursos preparatórios gratuitos para ingresso nas universidades que utilizariam preferencialmente os alunos de pós-graduação como professores e criando um sistema de bolsas de estudo para apoiar estudantes carentes.

Prof. Jose Goldemberg

CV Lattes http://lattes.cnpq.br/1388529283382853

Profa. Eunice R. Durham

CV Lattes http://lattes.cnpq.br/2890343748562669

Profa. Maria Helena Guimarães de Castro

CV Lattes http://lattes.cnpq.br/3273558975609117

Prof. Simon Schwartzman

CV Lattes http://lattes.cnpq.br/7439921062572373

Referências

1. "Affirmative action" (http://plato.stanford.edu/entries/affirmative-action/) Stanford University

2. Affirmative action http://en.wikipedia.org/wiki/Affirmative_action

3. Promoting ethnic diversity through social criteria (http://www.france24.com/en/20081218-promoting-ethnic-diversity-through-social-criteria)

4. "Cotas Aumentam a Diversidade dos Estudantes sem Comprometer o Desempenho", Fábio D. Waltenberg e Marcia de Carvalho – Sinais Sociais – Rio de Janeiro vol. 7 nº 20 pp 36-77 – Setembro-Dezembro 2012

5. "A questão da inclusão social na universidade brasileira" Simon Schwartzman "in" "Universidade Pública e inclusão social". Maria do Carmo de Lacerda Peixoto e Antônia Vitória Aranha – Editora UFMG, 2008.

6. IPEA (2006) Sobre recente queda da Desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica Brasília, IPEA. Disponível em http://wwwgcaplac.org/documentos407.html

7. "Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades" – Eunice R. Durham – Revista Novos Estudos CEBRAP nº 66 julho de 2003, São Paulo, SP pp 3-22

8. "As cotas sociais nas universidades públicas" – Eunice R. Durham (unpublished, 2013)